



Fórum de
**CORTES
SUPREMAS**
do **MERCOSUL**

**Programa
Joaquim Nabuco**

1º/2012

PROGRAMA JOAQUIM NABUCO
– SEVIDORES 1º/2012 –

1. SUPERVISORA

Cyntia Maria Martins Santos

Assessoria de Assuntos Internacionais da Presidência

E-mail: cyntia@stf.jus.br

Telefone: (+55 61) 3217-4012

2. COORDENADOR

Vinicius Arrais Limongi Miguel

Assessoria de Assuntos Internacionais da Presidência

E-mail: vinicius.miguel@stf.jus.br

Telefone: (+55 61) 3217- 6505

3. SERVIDOR

Guilherme Penchel Marinho

Nacionalidade: brasileira

Tribunal de origem: Supremo Tribunal Federal

Período: 18/06/2012 a 29/06/2012

Alocação: Corte Suprema de Justicia de Paraguay

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
PRIMEIRO DIA – PANORAMA DO PODER JUDICIÁRIO E DA SUPREMA CORTE DO PARAGUAI E SISTEMAS DE SEGURANÇA DO TRIBUNAL	6
SEGUNDO DIA – SISTEMA DE INFORMÁTICA, JUSTIÇA CIVIL E TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL	9
TERCEIRO DIA – JUSTIÇA PENAL	11
QUARTO DIA – SISTEMA DE AGENDA ÚNICA E SESSÃO DE AUDIÊNCIA DA JUSTIÇA PENAL	12
QUINTO DIA – SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES	14
SEXTO DIA – SEÇÕES DE QUEIXAS E DENÚNCIAS, TRIBUNAL DE ÉTICA JUDICIAL E SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ...	15
SÉTIMO DIA – DIRETORIAS GERAIS DE AUDITORIA DA GESTÃO JUDICIAL E DE AUDITORIA INTERNA	16
OITAVO DIA – DIRETORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E INTEGRIDADE INSTITUCIONAL E DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES	17
NONO DIA – DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS E MUSEU DA JUSTIÇA	18
DÉCIMO DIA – SEÇÃO DE MEDIAÇÃO E SISTEMA NACIONAL DE FACILITADORES JUDICIAIS.....	19

APRESENTAÇÃO

Brasília, 09 de julho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

O relatório a seguir tem o objetivo de informar as atividades e experiências pessoais vivenciadas, através do Programa de Intercâmbio Cultural Joaquim Nabuco, em visita institucional à Suprema Corte de Justiça do Paraguai, sediada em Assunção, no período de 18 a 29 de junho de 2012.

A unidade responsável pela organização e gerenciamento das atividades na Suprema Corte de Justiça do Paraguai foi a Diretoria de Assuntos Internacionais e de Integridade Institucional, chefiada pelo Coordenador Christian Días Acosta.

De uma forma geral, as atividades do intercâmbio consistiam na apresentação de palestras sobre as diversas áreas do Poder Judiciário paraguaio, incluindo as atividades jurisdicionais, administrativas e de segurança.

Cada palestra foi ministrada por magistrados ou servidores que atuam nas áreas apresentadas. Depois das apresentações, usualmente, nos deslocávamos para as instalações específicas das distintas áreas para conhecer diretamente seu funcionamento.

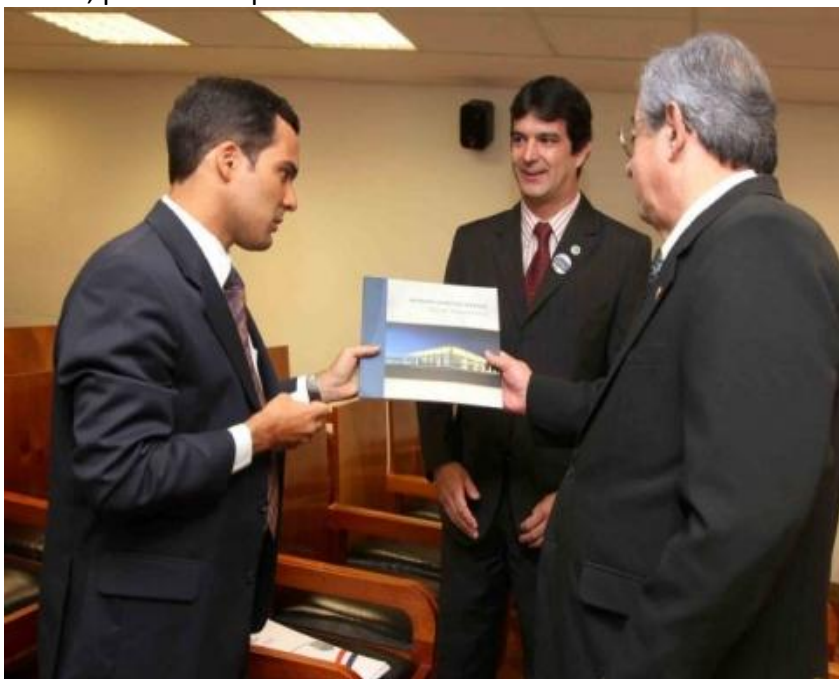
PRIMEIRO DIA – PANORAMA DO PODER JUDICIÁRIO E DA SUPREMA CORTE DO PARAGUAI E SISTEMAS DE SEGURANÇA DO TRIBUNAL

Assunção, 18 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

Ao iniciarmos as atividades do primeiro dia de intercâmbio, fomos levados a conhecer a estrutura física do Palácio da Justiça, que se divide em duas Torres: Norte e Sul, cada uma com 11 andares. O edifício como um todo abriga não só a Suprema Corte de Justiça, mas também as instâncias inferiores do Poder Judiciário, sediados na capital. Essa centralização teve como objetivo facilitar a abertura, o trâmite e o acompanhamento dos processos judiciais, que se originam na capital ou chegam de outras circunscrições (Estados) do país.

Durante esse reconhecimento, nos proporcionaram uma visita à Superintendência Geral de Justiça, órgão que exerce atividades administrativas a respeito de investigações e apurações acerca de faltas disciplinares de servidores e auxiliares do Poder Judiciário. É como se fosse uma espécie de CNJ do Brasil, porém presidido por um Superintendente Geral de Justiça, Dr. Rafael Sosa, ao qual fomos cordialmente apresentados.

Após fomos levados a uma Sala de Conferências onde foi feita a abertura formal das atividades do intercâmbio pelo Vice-Presidente da Corte Suprema, Ministro Raúl Torres, o qual nos recebeu e nos saudou de uma forma muito simpática, e comentou que umas das diferenças entre os poderes Judiciários do Paraguai e do Brasil, é que no Paraguai o Poder Judiciário é centralizado, por ser um país unitário.



A primeira palestra do programa foi ministrada pelo Dr. Rodrigo Pusineri, servidor da Diretoria de Assuntos Internacionais e Integridade Institucional, que nos apresentou o panorama histórico do Poder Judiciário no Paraguai e a estrutura atual desse Poder, o qual é

constituído pela Suprema Corte de Justiça, pelo Ministério Público e pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

A Suprema Corte de Justiça está dividida em três salas (turmas), cada uma formada por 3 juízes, e com competências específicas. Existe a Sala Constitucional, a Sala Penal que também julga casos de Direito Administrativo, e a Sala Civil que também julga casos trabalhistas. Para o Plenário da Corte só há competências administrativas, não existindo competências jurisdicionais.

A segunda palestra do dia foi com o Dr. Alejandrino Cuevas, Secretário Geral da Corte, que nos explicou as atividades da Secretaria Geral. Elas abrangem o trâmite de documentos encaminhados à Corte, o registro de advogados e auxiliares da justiça e a preparação das Sessões Plenárias da Corte. O Secretário Geral secretaria as Sessões Plenárias, que tem funções administrativas e de controle da magistratura.

O último compromisso do dia foi uma visita para conhecer os procedimentos de segurança implementados no Palácio da Justiça. Primeiramente vimos que no controle de acesso pelas portarias são utilizados equipamentos de raio-x e portais verificadores de metais, além de equipamento de rastreamento corporal. O que chamou a atenção é que nas entradas, após passar pelo raio-x e portais, ainda utilizam-se grades para a contenção de possíveis invasões em massa, caso seja necessário.



No acesso de veículos pela garagem, de servidores ou a serviço, também é feito um controle rígido, onde o assoalho do carro é verificado com espelhos no intuito de se identificar artefatos explosivos, os porta-malas são abertos e verificados, e um agente de segurança vestindo uma luva, a passa nas maçanetas dos veículos, e após, num aparelho que verifica se há vestígios de materiais explosivos.



Foi interessante também conhecer a carceragem (ocupa parte de 3 andares) que abriga os presos que serão interrogados ou julgados nas salas Penais. Nos andares superiores, onde se localizam os gabinetes dos Ministros, o acesso é feito por portais verificadores de metais, com a identificação do indivíduo feita por Agentes de Segurança do Tribunal. E por fim, fomos levados a conhecer a sala onde está instalado o CFTV (Circuito Fechado de TV), onde câmeras instaladas em todo o edifício (entradas, halls, elevadores, escadas, garagem, parte externa) monitoram o fluxo de pessoas, servidores e autoridades. A segurança da parte externa do edifício, garagem e carceragem está a cargo da Polícia Nacional, enquanto a parte interna, portaria e gabinetes estão sob os cuidados de agentes de segurança do judiciário. Cabe ressaltar que no Paraguai só existe um tipo de polícia que é a Polícia Nacional, não havendo o desmembramento em polícia militar, civil ou federal.



SEGUNDO DIA – SISTEMA DE INFORMÁTICA, JUSTIÇA CIVIL E TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL

Assunção, 19 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

No segundo dia de palestras, começamos com a apresentação do sistema de informática do Poder Judiciário, cuja palestra foi ministrada pelo servidor Fabio Servin. Tal programa de informática chama-se Judisoft e em seu módulo principal, permite o registro de processos e a consulta de andamentos processuais, feitos por advogados ou pelas partes interessadas. Também possibilita a distribuição automática dos processos aos magistrados à medida que eles vão sendo protocolados, de forma célere e transparente.

A segunda palestra foi sobre o sistema de justiça civil paraguaio, proferida pelo Desembargador (Camarista, em espanhol) Dr. Alberto Simón. A jurisdição civil é exercida por Magistrados individualmente em primeira instância, Tribunais de Apelação, divididos em Turmas (Salas) compostas por três Magistrados, e pela Turma Civil da Suprema Corte. O Poder Judiciário no Paraguai tem Juízos de primeira instância e Tribunais de Apelação para todas as circunscrições judiciais.

O que nos chamou a atenção foi o processo de seleção de juízes, que são selecionados para a função por meio de exames perante o Conselho da Magistratura e nomeados pela Suprema Corte. Após aprovação, eles exercem a magistratura por cinco anos se forem confirmados na função por mais duas vezes, e tornam-se vitalícios até os setenta e cinco anos.

Terminada essa palestra, fomos conhecer pessoalmente as instalações de um Juízo de primeira instância e do Tribunal de Apelações. Uma particularidade do processo civil paraguaio é que, na segunda instância, não há a oralidade do processo, ou seja, não existem sessões públicas de julgamento.

A terceira atividade do dia foi a visita ao Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, onde fomos recebidos pelo Secretário do Tribunal, Dr. Raphael Carvalho, que nos explicou as funções e competências do Tribunal. Ele elogiou a aprovação de emenda regimental do Supremo Tribunal Federal, que permite o encaminhamento de consultas ao Tribunal Permanente de Revisão e particularmente espera que os Poderes



Judiciários dos países signatários tenham participação mais ativa no processo de integração sul-americano, ainda mais agora com o ingresso da Venezuela no Mercosul. Após a recepção pelo Secretário do Tribunal, fomos conhecer as instalações do TPR guiados pela servidora Mairder Bica.



TERCEIRO DIA – JUSTIÇA PENAL

Assunção, 20 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

A primeira palestra do dia foi proferida pelo Dr. Carlos Bryn, e a segunda apresentada pelo Dr. Andrés Caballero, ambos Desembargadores da área Penal.

O processo penal foi apresentado em linhas gerais, com destaque para o fato de que o recente Código de Processo Penal, editado em 1998, introduziu o sistema acusatório no Paraguai. Com essa inovação, o Ministério Público passou a ter mais importância e participação nas etapas do processo penal, o que não acontecia no sistema anterior que era inquisitório.

Explicou que existem três etapas no processo penal. A primeira é aquela onde são colhidas as provas; a segunda etapa é aquela em que há a composição do processo, e a última é a audiência, na qual há o julgamento da causa.

A investigação é iniciada pelo Ministério Público. Após o primeiro ato coercitivo do processo, há o prazo de quatro anos para que ele seja concluído. As provas são colhidas perante um Juiz de garantias, completando-se assim a fase preliminar.

Seguindo o rito processual, passe-se à fase intermediária, onde o Juiz de garantias faz o saneamento da causa, verificando se todas as provas foram colhidas de forma legítima.

Por fim, há a audiência de julgamento, na qual as provas são apresentadas perante um Tribunal composto por três magistrados (normalmente com um quarto juiz suplente). Esse Tribunal faz o julgamento definitivo da causa. Essa etapa processual garante a oralidade no processo penal, que não existe no processo civil paraguaio. Esse Tribunal exerce a jurisdição em primeira instância, sendo cabível recurso para os tribunais de Apelação Penal.

Após a apresentação do sistema penal, fomos conhecer as instalações dos Tribunais de primeira instância e dos Tribunais de Apelação Penal, guiados pelo Dr. Andrés Caballero.

QUARTO DIA – SISTEMA DE AGENDA ÚNICA E SESSÃO DE AUDIÊNCIA DA JUSTIÇA PENAL

Assunção, 21 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

No quarto dia começamos com uma palestra sobre o Sistema de Agenda Única que é o sistema informatizado de distribuição de processos e designação de datas para audiências, implementado no âmbito penal da esfera judiciária do Paraguai, palestra essa apresentada pelo Dr. Carlos Enciso, Coordenador do Departamento de Distribuição de Expedientes.

O sistema de agenda única atende a uma necessidade específica do Paraguai, que não tem similaridade no Brasil, pois no processo penal paraguaio existem três fases distintas, sendo que as duas primeiras ocorrem perante um juiz individual (juiz de garantias) e a última fase, que é o julgamento propriamente dito, é feita perante um Tribunal de primeira instância, fase esta onde é garantida a oralidade do processo penal. O sistema de agenda única se faz necessário nesse processo para organizar a redistribuição dos processos e os horários das audiências. Os processos, após as fases perante o Juiz de garantias, precisam ser redistribuídos, para algum dos Tribunais de primeira instância e, com essa redistribuição, há o agendamento do horário da sessão de julgamento. Há um prazo de 24 horas para que essas providências sejam tomadas.



Com o sistema, ao chegarem os processos na Coordenadoria, eles são cadastrados no programa de computador e, automaticamente, há a distribuição aleatória e a marcação da data da audiência. Isso proporciona transparência e celeridade ao procedimento.

Após conhecer pessoalmente esse sistema, fomos assistir uma das sessões do Tribunal de primeira instância penal. Ao nos retirarmos da sala de audiências, fomos informados que estava em curso o processo de impeachment do presidente Lugo perante a

Câmara dos Deputados e que seria recomendável que voltássemos para o hotel, para não ficarmos expostos a possíveis atos de violência dos manifestantes políticos e camponeses.

QUINTO DIA – SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES

Assunção, 22 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

Em vista da movimentação política no Paraguai, o Coordenador do programa de intercâmbio, Dr. Christian Días, considerou mais adequado suspender as atividades do programa nesse dia. Nessa data ocorreu o julgamento político do Presidente Lugo perante o Senado Federal, sendo votado e confirmado seu impeachment no início da noite. Houve manifestações e atos de violência nas ruas, porém a ordem pública e a segurança foram mantidas em virtude da atuação da Polícia Nacional.

Nesse quinto dia, havia a previsão de visita ao Ministério Público. Em razão da suspensão das atividades e da falta de espaço na agenda dos dias seguintes, acabamos por perder a oportunidade de conhecer o Ministério Público Paraguaio.

SEXTO DIA – SEÇÕES DE QUEIXAS E DENÚNCIAS, TRIBUNAL DE ÉTICA JUDICIAL E SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS

Assunção, 25 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

No sexto dia, fomos levados a conhecer os departamentos da Área de Controle da Gestão, onde foi-nos apresentada a Seção de Queixas e Denúncias, o Tribunal de Ética Judicial e a Seção de Estatísticas.

A Seção de Queixas e Denúncias, representada pelo advogado Dr. Edgar Escobar, trabalha com o objetivo de receber e formalizar as queixas e denúncias em relação ao Poder Judiciário, visando facilitar o acesso dos usuários da justiça aos procedimentos de controle e fiscalização.

As queixas e denúncias são gratuitas e não demandam a presença de advogado. Após a denúncia, o procedimento segue de ofício. Por isso, o denunciante não é mais notificado dos atos seguintes, mas ele pode acompanhar pessoalmente o andamento.

As queixas se referem ao “modus operandi”, à forma como os procedimentos e os trâmites são realizados, enquanto as denúncias se referem aos atos praticados por agentes públicos e podem ser referentes a Magistrados, a servidores do judiciário ou a auxiliares da justiça (peritos e advogados). As atribuições da Seção é dar o adequado encaminhamento para essas queixas e denúncias.

O Tribunal de Ética Judicial nos foi apresentado em uma visita guiada às suas instalações, onde fomos recebidos pelo Dr. Gonzalo Nicoli, diretor do Tribunal. O Tribunal é uma seção específica do Poder Judiciário paraguaio, que visa a aumentar a transparência dos atos dos agentes públicos, quaisquer que sejam eles, tanto na vida pública quanto na particular. A ocorrência das condutas vedadas é julgada pelo Tribunal de Ética, formado por cidadãos comuns os quais não precisam ser licenciados em direito.

E a última palestra do dia foi sobre a Seção de Estatísticas, ministrada pela Dra. Adriana Baruja, cujas atribuições são obter e organizar as informações necessárias aos levantamentos estatísticos, por meio de sistemas informatizados, cujos dados são utilizados para mensurar e melhorar os serviços prestados e informações apresentadas aos usuários.

SÉTIMO DIA – DIRETORIAS GERAIS DE AUDITORIA DA GESTÃO JUDICIAL E DE AUDITORIA INTERNA

Assunção, 26 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

No sétimo dia tivemos palestras sobre as Diretorias Gerais de Auditoria da Gestão Judicial e de Auditoria Interna, diretorias estas que também atuam na área de controle da gestão administrativa e judicial.

A Diretoria Geral de Auditoria da Gestão Judicial foi apresentada por seu Diretor, Dr. Mario Gonzáles, e cujas funções são verificar as informações relativas ao devido processo e o cumprimento dos prazos legais. Seus membros são todos graduados em direito, mas não podem realizar atos jurisdicionais. Essa diretoria busca ter atuação proativa, com o intuito de auxiliar o melhor funcionamento do Judiciário, sem interferir na atuação dos Juízes.

A Diretoria Geral de Auditoria Interna foi também apresentada por seu Diretor, Dr. Miguel Fornells, cuja função é realizar os trabalhos típicos de auditoria. É composta por técnicos pós-graduados, e visa reduzir os espaços para a corrupção, auditando, reconhecendo as falhas e melhorando os processos administrativos, e também tem função proativa.

OITAVO DIA – DIRETORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E INTEGRIDADE INSTITUCIONAL E DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES

Assunção, 27 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

A primeira palestra do dia foi a respeito da Diretoria de Assuntos Internacionais, e foi-nos apresentada pelo Dr. Rodrigo Pusineri, servidor dessa divisão. Eles executam as atividades de recepção e envio de documentos e solicitações do exterior encaminhadas à Corte. Exercem também as funções administrativas e jurídicas internacionais de interesse da Corte, como o estabelecimento de acordos de cooperação entre os Poderes Judiciários de outros países ou entidades internacionais ligadas ao direito.

A segunda palestra teve como apresentador o Dr. Jim Zaracho, Coordenador da Diretoria de Integridade Institucional, cujos objetivos primam pelo desenvolvimento de atividades que fortaleçam a imagem institucional do Poder Judiciário perante a sociedade, através da implementação de programas e reuniões entre diferentes setores para que a cultura interna da instituição seja consolidada através da imagem de uma Justiça célere, transparente, justa e com acesso a todos.

Por fim, tivemos a palestra sobre a Diretoria de Comunicações, que foi ministrada pelo seu Diretor, Dr. Luis Sandoval. Esta Diretoria busca desenvolver iniciativas de divulgação sobre as atividades do Judiciário, esclarecendo a população sobre o funcionamento das Cortes e do processo judicial. Além da comunicação externa, também desenvolve atividades de comunicação interna, por meio de murais instalados nas dependências do Tribunal e de comunicações via intranet e internet.

Outra atribuição da Diretoria de Comunicação é acompanhar as notícias que são divulgadas na imprensa em geral, sobre o Poder Judiciário, onde procuram acompanhar os contatos dos Magistrados com jornalistas, para que as informações sejam passadas da forma mais clara possível, evitando entendimentos errôneos por parte da imprensa, que venham a prejudicar a imagem e a comunicação do Poder Judiciário.

NONO DIA – DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS E MUSEU DA JUSTIÇA

Assunção, 28 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

A primeira palestra deste penúltimo dia de programa foi sobre a Diretoria de Direitos Humanos do Poder Judiciário e, posteriormente, tivemos o prazer de conhecer o Museu da Justiça, que fica instalado no próprio Palácio da Justiça, que também trata dos direitos humanos dos presos políticos do período ditatorial do Paraguai.

A Diretoria de Direitos Humanos, que nos foi apresentada pelo Dr. André Marques, é um órgão do Poder Judiciário que procura monitorar e difundir os direitos humanos principalmente para os Magistrados e servidores da Justiça, bem como para a população em geral. É composta por pessoal técnico altamente especializado e experiente em direitos humanos, todos com formação em nível de pós-graduação, normalmente obtida em instituições do exterior.

Tem o objetivo de verificar se os tratados internacionais firmados pelo país estão sendo cumpridos pelos Magistrados em suas decisões, além de verificar também o cumprimento dos acordos de direitos humanos no sistema penitenciário. Após fomos conhecer as instalações da Diretoria de Direitos Humanos, que se situa num prédio de 3 andares nos arredores do Palácio da Justiça, e conta com uma boa estrutura para o desenvolvimento dos trabalhos.

O segundo compromisso do dia foi conhecer o Museu da Justiça, cujas instalações estão no prédio do Palácio de Justiça e é composto basicamente pelo acervo de arquivos policiais do período da ditadura de Stroessner. Possui também uma sala com exposição permanente sobre a forma como se cumpriam as penas no Paraguai, as formas e equipamentos de tortura utilizados à época, abrangendo desde o período indígena até o final da ditadura de Stroessner.

Durante nossa visita fomos guiados pela Dra. Rosa Palau, que nos apresentou a exposição sobre o cumprimento de penas no Paraguai e nos levou para conhecer os arquivos da ditadura. Tais arquivos foram recolhidos de uma sala da Polícia em Assunção, por ordem judicial, no âmbito de processo ajuizado por uma das vítimas da repressão política. Os Juízes que acompanhavam o caso, numa demonstração de destemor, ao identificarem os arquivos, que já tinham sido recusados várias vezes pela Polícia, não hesitaram em retirar todo o material e levar para o Palácio da Justiça.

Nesses arquivos são encontradas evidências de várias perseguições políticas. Existem comunicações oficiais que demonstram o funcionamento da Operação Condor, que atuava na troca de presos políticos entre as ditaduras do Cone Sul (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina).

DÉCIMO DIA – SEÇÃO DE MEDIAÇÃO E SISTEMA NACIONAL DE FACILITADORES JUDICIAIS

Assunção, 29 de junho de 2012
Guilherme Penchel Marinho
Supremo Tribunal Federal
Brasília - Brasil

No último dia, o tema foi os meios alternativos de resolução de controvérsias. Fomos apresentados à Seção de Mediação e ao Sistema Nacional de Facilitadores Judiciais. A Seção de Mediação, conforme palestraram as Dras. Monica e Mirian, advogadas e coordenadoras das atividades de mediação no Poder Judiciário. Os processos em regra passam por uma tentativa prévia de mediação, perante essa Seção. Nela existem salas de reunião para que as partes e o mediador negociem soluções extrajudiciais para os casos. Além da atividade prévia, essa Seção também faz o trabalho de mediação quando os processos estão em curso e o Magistrado identifica a oportunidade para a solução negociada ou, então, as partes assim o solicitam.

O Sistema Nacional de Facilitadores Judiciais, que nos foi apresentado pela Dra. Lourdes López, Diretora Operacional, é um programa de ampliação do acesso à Justiça no Paraguai. Ele consiste na formação de líderes comunitários, nas regiões mais remotas do país, para que eles tenham conhecimentos mínimos de direito e possam orientar as demandas da comunidade que precisem ser levadas ao Judiciário. Esses líderes indicam de forma inicial quais os procedimentos precisam ser tomados em casos de conflito ou problema relativos ao direito. Eles também têm a função de mediar os conflitos na comunidade. É uma forma de inserção social que leva à cidadania através da ação conjunta com o Poder Judiciário, principalmente às áreas mais longínquas do país, ainda tão carente da presença efetiva do Estado.

